

# 2023

## GREEN CARD S/A

VIGÊNCIA	
<b>Início:</b> 08/12/2023	<b>Término:</b> 07/06/2024
<b>Objeto:</b> Contrato emergencial – Administração de Auxílios Alimentação e Refeição	
<b>Valor estimado:</b> R\$ 326.567,40	

Processo Administrativo 61/2023 – Dispensa de Licitação

**CONTRATO EMERGENCIAL PARA SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO,  
IMPLEMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE AUXÍLIOS ALIMENTAÇÃO E  
REFEIÇÃO, ATRAVÉS DE CARTÕES COM CHIP ELETRÔNICO DE  
SEGURANÇA, E RESPECTIVAS RECARGAS DE CRÉDITOS MENSAIS POR  
MEIOS ELETRÔNICOS**

**CONTRATANTE:** O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 12º REGIÃO, com sede na rua dos Ilhéus, nº 38, 10º andar, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.010-560 inscrito no CNPJ sob o nº 76.557.099/0001-99, neste ato representado por sua Conselheira Presidente CHEYENNE VIEIRA MARQUES, Assistente Social n. 4060 CRESS 12ª Região, doravante denominada **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.559.830/0001-71, com sede na Rua Largo Visconde do Cairú, 12, Sala 1001, Porto Alegre/RS, representada na forma de seu Contrato Social, doravante denominada **CONTRATADA**.

**A PRESENTE CONTRATAÇÃO TEM FUNDAMENTO NO ARTIGO 24, IV, DA LEI 8666/93.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente CONTRATO tem como objeto a prestação, sob o regime de execução indireta, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, através de cartões com chip eletrônico de segurança, e respectivas recargas de créditos mensais por meios eletrônicos (on-line), destinados aos empregados do CONTRATANTE, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, bem como de acordo com o que dispõe o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT aplicável aos empregados do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS CONTRATUAIS**

2.1. O objeto será executado observadas as condições estabelecidas na Proposta apresentada pela CONTRATADA e nos demais documentos que fazem parte do Processo nº 61/2023, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste CONTRATO, como se aqui estivessem transcritos.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. A quantidade estimada de cartões alimentação e refeição é de aproximadamente 13 (treze) cartões, conforme tabela abaixo:

<b>Auxílio-Refeição e Auxílio-Alimentação na forma de Cartão com chip eletrônico de segurança</b>				
Benefício/Auxílio	Quantidade estimada de cartões (a)	Quantidade média de dias úteis mensais (b)	Valor facial de cada Auxílio (c)	Valor médio mensal por colaborador (d) = (b x c)
Alimentação	13	30	R\$ 35,26	R\$ 1.057,80
Refeição	13	22	R\$ 33,24	R\$ 731,28

3.2. O valor mensal por colaborador em cada cartão é meramente estimativo, uma vez que é fixo apenas o valor do auxílio alimentação. O valor global estimado de crédito mensal pelo CRESS 12ª REGIÃO/SC, em todos os cartões, é de **R\$ 23.258,04 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos)**, sendo variável, pois é decorrente do número de funcionários contratados e dispensados, e do número de dias efetivamente trabalhados. Portanto não é assegurado à Contratada um valor mínimo mensal.

3.3. Os valores faciais fixos diários dos auxílios alimentação e refeição poderão sofrer reajustes a critério do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

3.4. Por se tratarem de meras estimativas referenciais de gastos, os valores acima não se constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para o CRESS 12ª REGIÃO/SC, razão pela qual não poderão ser exigidos e nem considerados como valores para pagamentos mínimos, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CRESS 12ª REGIÃO/SC, sem que isso justifique qualquer indenização à Contratada.

3.5. O auxílio alimentação deverá ser fornecido por meio de cartões com chip eletrônico de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação nos equipamentos respectivos pelo usuário/colaborador no ato da aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados.

3.6. O auxílio refeição deverá ser fornecido por meio de cartões com chip eletrônico de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação nos equipamentos respectivos pelo usuário/colaborador no ato da aquisição de refeições prontas nos estabelecimentos credenciados.

3.7. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues personalizados com nome do usuário/colaborador do CONTRATANTE, razão social do CONTRATANTE e numeração de identificação sequencial, conforme disposto na legislação aplicável.

3.8. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização. A validade de cada cartão deverá ser de, no mínimo, 01 (um) ano a contar da data de emissão.

3.9. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação deverão possibilitar a utilização do auxílio alimentação pelos/as trabalhadores/as do CONTRATANTE na



aquisição de gêneros alimentícios “in natura”, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados, de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e devem contemplar as exigências do edital de licitação.

3.10. Os cartões com chip eletrônico de segurança refeição deverão possibilitar a utilização do auxílio refeição pelos/as trabalhadores/as do CONTRATANTE na aquisição de refeições prontas, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Restaurantes, Lanchonetes, Bares, Padarias, etc.), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.11. Além das quantidades mínimas de estabelecimentos conveniados para os benefícios de alimentação e refeição, a CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE durante a contratação, que possui credenciamento com pelo menos 06 (seis) das seguintes redes de super/hipermercados listadas a seguir: - Supermercados Angeloni; Supermercados Big; Supermercados Bistek; Supermercados Giassi; Supermercados Imperatriz; Supermercados Hippo; Supermercados Fort Atacadista; Supermercados Brasil Atacadista; Supermercados Rosa; Supermercados Hiperbom..

3.12. Durante a contratação, as listagens contendo as redes credenciadas deverão ser apresentadas individualmente para o auxílio refeição e para o auxílio alimentação e os estabelecimentos credenciados para cada uma das modalidades deverão estar de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.13. O reembolso às empresas credenciadas deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, independentemente da vigência deste CONTRATO, ficando claro que o CONTRATANTE não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

3.14. Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos, a critério do CONTRATANTE.

3.15. A CONTRATADA deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

3.16. Os cartões com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação pelo CONTRATANTE, nos locais por ele designados.

3.17. O prazo para a disponibilização dos créditos deverá ser de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do CONTRATANTE.

3.18. Os cartões alimentação e refeição de trabalhadores ativos que permanecerem sem utilização e sem créditos por um período de, no mínimo, 90 (noventa) dias, apenas poderão ser cancelados mediante autorização do CONTRATANTE, e desde que os referidos cartões não possuam créditos.

3.19. Os créditos disponibilizados nos cartões deverão ser cumulativos.

3.20. A CONTRATADA, quando solicitado pelo CONTRATANTE, deverá disponibilizar relatórios gerenciais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, com as seguintes informações mínimas:

3.21.1. Nome do colaborador do CONTRATANTE, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

3.20.2. Local, data e valor da utilização dos créditos pelos/as trabalhadores/as do CONTRATANTE na rede de estabelecimentos credenciados/afiliados;

3.20.3. Quantidade de cartões com chip eletrônico de segurança alimentação/refeição

reemitidos para cada colaborador do CONTRATANTE.

3.21. Deverão ser disponibilizados os seguintes serviços para os/as trabalhadores/as/usuários dos cartões alimentação e refeição:

3.21.1. Consulta de saldo e extrato do cartão com chip eletrônico de segurança refeição e alimentação via internet;

3.21.2. Consulta de rede credenciada/afiliada atualizada via internet;

3.21.3. Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;

3.21.4. Solicitação de segunda via de cartão com chip eletrônico de segurança alimentação e refeição e solicitação de segunda via de senha através de central telefônica.

3.22. A CONTRATADA deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento aos/as trabalhadores/as do CONTRATANTE, com horário de funcionamento nos dias úteis de, no mínimo, das 08h00 às 18h00.

3.23. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, em relação à execução dos serviços contratados.

3.24. Os custos com a emissão e envio das primeiras vias dos cartões ao CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.25. Os cartões deverão ser encaminhados à Sede do CRESS 12ª REGIÃO/SC, situada na Rua dos Ilhéus, nº 38, sl 1004/1005/1006, Centro, CEP: 88.010-560, Florianópolis/SC

3.26. Além dos restaurantes, poderão ser credenciadas as redes de lanchonetes e/ou franquias do tipo “fast-food”, desde que atendam aos padrões estabelecidos no PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.27. A Contratada deverá manter durante a contratação rede de credenciados, tanto do benefício alimentação como do benefício refeição, em número suficiente para o atendimento do quadro funcional do CRESS 12ª REGIÃO/SC.

3.28. A contratada deverá garantir que os vales fornecidos serão aceitos em uma rede credenciada de grande porte, de forma a viabilizar a utilização plena e satisfatória por parte dos empregados do CRESS/SC.

3.29. É considerada de grande porte a rede credenciada que possua, no mínimo, 450 (quatrocentos e cinquenta) estabelecimentos credenciados para vale alimentação e 900 (novecentos) estabelecimentos credenciados para vale refeição especificamente na região metropolitana de Florianópolis.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR ORÇADO DO CONTRATO**

4.1. O valor orçado previsto para dezembro de 2023 é de R\$ 13.751,40 (treze mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), havendo variação conforme a demanda.

4.2 O valor global anual orçado (orçamento previsto para o ano de 2024) é de R\$ R\$ 312.816,00 (trezentos e doze mil, oitocentos e dezesseis reais), havendo variação conforme a demanda.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes do objeto do presente CONTRATO correrão por conta do Elemento de Despesa de nº 6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.



5.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pelo CONTRATANTE.

5.3. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

6.1. O contrato terá vigência de até **180 (cento e oitenta) dias**, sendo vedada sua prorrogação, conforme preceituado pelo artigo 24, IV, da Lei 8666/93. O termo inicial do presente contrato é o dia **08/12/2023**. Seu termo final é o dia **07/06/2024**.

6.1.1. A prestação dos serviços deverá iniciar-se no primeiro dia útil subsequente ao da assinatura deste CONTRATO.

### **6.2. Dos motivos que autorizam o encerramento antecipado do Contrato**

6.2.1. O contrato poderá ser rescindido antecipadamente por qualquer um dos contratantes, pelos motivos abaixo indicados:

6.2.1.1. Inexecução total ou parcial do contrato, especialmente no que se refere ao não cumprimento das atividades assinaladas ou, ainda, a inépcia e/ou desídia no cumprimento do dever, sem prejuízo de outras causas;

6.2.1.2. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

6.2.1.3. A subcontratação, caracterizada pela contratação de pessoas físicas e jurídicas, fora das hipóteses de substabelecimento indicadas;

6.2.1.4. O cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;

6.2.1.5. A dissolução, cisão ou incorporação da pessoa jurídica contratada;

6.2.1.6. A modificação da previsão orçamentária do CONTRATANTE que o leve à diminuição do valor a ser pago pelos serviços contratados, caso a redução não seja aceita pela CONTRATADA;

6.2.1.7. Pela contratação da CONTRATADA em outro contratante público que exija exclusividade;

6.2.1.8. Por comum acordo entre as partes;

6.2.1.9. Por inadimplência da CONTRATADA quanto às suas obrigações tributárias exigidas nesse contrato;

6.2.1.10. Pela realização, por parte do CONTRATANTE; de concurso público que vise a contratação de servidor próprio para a função;

6.2.1.11. Não fornecer relatório mensal de atividades, quando solicitado pelo CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Prestar integralmente os serviços objetos do presente CONTRATO.

7.2. Executar fielmente o objeto contratado de acordo com as normas legais, verificando o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada durante a Licitação e as orientações do CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados.

7.3. Executar fielmente o objeto contratado em conformidade com as disposições do deste Contrato e seus Anexos e de acordo com a proposta apresentada, verificando sempre o bom desempenho dos serviços prestados e atendendo aos seus critérios de qualidade.

7.4. Refazer os cartões com chip eletrônico de segurança que apresentem erro de emissão

ou problemas de qualidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da solicitação, sendo que a 1ª via dos cartões, inclusive as refeitas, deverão ser sem ônus ao CONTRATANTE. Nos casos dos cartões que estejam danificados e possuam crédito, deverá o novo cartão vir com as cargas correspondentes acompanhadas de extrato certificando o saldo.

7.5. Reembolsar os estabelecimentos, no valor dos cartões utilizados, respeitando as condições estabelecidas nos respectivos contratos de credenciamento, garantindo que, sob nenhum pretexto, sejam cobrados pelos conveniados/credenciados ágios, descontos ou taxas adicionais sobre o valor dos créditos em cartão dos usuários ou trabalhadores do CONTRATANTE.

7.6. Garantir, durante toda a contratação, a manutenção da rede mínima de estabelecimentos credenciados, tanto do benefício alimentação como do benefício refeição, conforme estipulado neste CONTRATO.

7.7. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do CONTRATANTE, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

7.8. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-a de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

7.9. Atender, por meio de preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos fiscais deste CONTRATO, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.

7.10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste CONTRATO, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

7.11. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto desta contratação sem o consentimento, por escrito, do CONTRATANTE.

7.12. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste CONTRATO.

7.13. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

7.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

7.15. Executar o objeto deste CONTRATO por meio de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários que no desempenho de suas funções causem ao CONTRATANTE, podendo este solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente.

7.16. Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desta contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

7.17. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o CONTRATANTE.

7.18. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a



obter uma operação correta e eficaz.

7.19. Indicar seu representante junto ao CONTRATANTE, que durante o período de vigência do Contrato será a pessoa a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para problemas que porventura surgirem durante a execução deste CONTRATO.

7.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela técnica, normas e legislação.

7.21. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO, de acordo com o art. 65, §1º, da Lei Federal no 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do CONTRATANTE.

7.22. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vales refeição, vales transporte e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas.

7.23. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências do CONTRATANTE.

7.24. Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.

7.25. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

7.26. Prestar à Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução deste CONTRATO.

7.27. Manter, durante a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.28. Responsabiliza-se a CONTRATADA pelos seguintes encargos, em especial:

7.28.1. Fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração contratante.

7.28.2. De possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do CONTRATO.

7.28.3. De providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho.

7.28.4. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços objeto desta contratação.

7.29. A inadimplência da CONTRATADA relativa aos encargos do item 7.28 não transfere à Administração responsabilidade por seu pagamento nem onera o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressa e contratualmente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

7.30. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução deste CONTRATO e cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas



obrigações.

7.31. São expressamente VEDADAS à CONTRATADA:

7.31.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 05 (cinco) anos;

7.31.2. A veiculação de publicidade acerca deste CONTRATO, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

7.31.3. Caucionar ou utilizar este CONTRATO para qualquer espécie de operação financeira.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Cumprir todas as suas obrigações em conformidade com as disposições deste CONTRATO, do Edital e dos seus Anexos.

8.2. Enviar mensalmente arquivo contendo as informações individualizadas dos/as trabalhadores/as para crédito do auxílio alimentação e/ou refeição e cesta básica.

8.3. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.5. Efetuar a juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6. Exercer a fiscalização da execução do CONTRATO por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei n. 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias. Tal fiscalização, em hipótese nenhuma, atenua ou exime de responsabilidade a CONTRATADA.

8.7. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste CONTRATO.

8.8. Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

8.9. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste CONTRATO em desacordo com as respectivas especificações.

8.10. Comunicar à CONTRATADA as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.11. Informar à CONTRATADA os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução deste CONTRATO.

8.12. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos fortuito e de força maior, justificados e aceitos pelo CONTRATANTE, não deverão ser interrompidos.

8.13. Verificar, durante toda a execução da CONTRATADA, a manutenção, pela CONTRATADA, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.14. Impedir que terceiros estranhos à contratação prestem os serviços, sendo vedada todo e qualquer tipo de subcontratação.

8.15. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.16. Solicitar a substituição/reparação do objeto deste CONTRATO que esteja em

desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.17. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e nas condições estabelecidas neste CONTRATO.

8.18. Acompanhar a execução deste CONTRATO, nos termos do inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei no 8.666/93, através dos Fiscais deste CONTRATO, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes do Termo Referência, deste CONTRATO e do Edital respectivo.

8.19. Verificar regularmente os preços praticados pela CONTRATADA, de forma a obter um histórico para fins de avaliação quanto à oportunidade e à conveniência da manutenção deste CONTRATO, e assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, de modo a garantir que aqueles continuem a serem os mais vantajosos para o CONTRATANTE.

8.20. Fiscalizar, gerir e acompanhar a execução do objeto deste CONTRATO, alertando a Contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação dos serviços ora contratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**

10.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, sempre que solicitado a CONTRATADA deverá fornecer a seguinte documentação atualizada:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- g) Outros documentos que comprovem a regularidade da CONTRATADA.

10.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas de “a” a “f” poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

10.2. As inconsistências ou dúvidas verificadas pelo CONTRATANTE na documentação da CONTRATADA terão o prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir da comunicação pelo CONTRATANTE, para serem formal e documentalmente esclarecidas pela CONTRATADA.

10.3. A manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.



## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

11.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia mensal referente ao necessário para os créditos de Vale Alimentação e Vale Refeição a seus funcionários de acordo com o previsto na legislação em vigor acrescido de taxa de administração no importe de **0% (zero por cento)**.

11.2. O pagamento será efetuado no prazo de 10 dias, contados da data da disponibilização do crédito no CARTÃO dos USUÁRIOS, mediante disponibilização online ou envio por endereço eletrônico pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

11.3. Ocorrendo atraso no pagamento previsto, o CONTRATANTE fica sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o débito, acrescido de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o total, que será atualizado tendo como base a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado “pro rata die” e incidente entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento da obrigação.

11.4. Não haverá readequação econômico-financeira do contrato com aumento do percentual da taxa de administração.

11.5. Será retido na fonte o Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, de acordo com o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e IN da SRF nº 480, de 15 de Dezembro de 2004, além de possíveis retenções a título de ISS (Impostos sobre Serviços), conforme legislação municipal específica.

11.6. Deverá a CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo CONTRATANTE, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

11.7 Caso no dia do pagamento não haja expediente no órgão CONTRATANTE, este será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Este CONTRATO poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, e com a apresentação das devidas justificativas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

13.1. A inexecução total ou parcial das condições avençadas poderá acarretar a rescisão do CONTRATO, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.2. A rescisão do CONTRATO poderá ser:

13.2.1. Determinada por ato administrativo unilateral e motivado do CONTRATANTE, quando este, frente a situações de descumprimento de cláusulas contratuais por parte da CONTRATADA, lentidão, atraso, paralisação ou por razões de interesse público, decidir rescindir o CONTRATO;

13.2.2. Amigável, por acordo formalizado no processo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

- 13.2.3. Judicial, quando a rescisão for discutida em instância judicial e se dará conforme os termos de sentença transitada em julgado;
- 13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo e, no procedimento que visa à rescisão do CONTRATO, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.
- 13.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 13.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do CONTRATO até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 13.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, tendo ainda direito a, principalmente:
- 13.6.1. devolução da garantia apresentada;
- 13.6.2. pagamento devido pela execução do CONTRATO até a data da rescisão;
- 13.6.3. pagamento do custo de desmobilização.
- 13.7. Nos casos de rescisão, será necessário lavrar termo de encerramento de CONTRATO, decorrente de rescisão, devidamente assinado pelas partes contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

- 14.1. O presente CONTRATO fundamenta-se:
- 14.1.1. Nas normas 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 11.488/07, dos Decretos nº 5.450/05 e 6.204/07, da Instrução Normativa – SLTI/MPDG nº 05/2017, DECRETO nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste CONTRATO;
- 14.1.2. Nos preceitos de direito público;
- 14.1.3. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.
- 14.2. O presente CONTRATO vincula-se aos termos:
- 14.2.1. Da proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

- 15.1. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, bem como demais legislações vigentes, quando infringidas as regras do presente instrumento ou, sem justificativa cabível, negar-se a licitante vencedora a assinar o contrato no prazo indicado.
- 15.1.2. Para validade da aplicação de penalidades será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A aplicação de penalidades deve estar devidamente motivada em processo administrativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

- 18.1. Para dirimir as questões oriundas do presente CONTRATO, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina – Subseção Judiciária de



Florianópolis.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente CONTRATO pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis/SC, 07 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CHEYENNE VIEIRA MARQUES  
Data: 03/01/2024 15:45:16-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Cheyenne Vieira Marques**  
Assistente Social CRESS nº 4060 12ª  
Região  
Conselheira Presidente

Assinado de forma digital  
por CARLOS ALEX DAVILA DE  
AVILA:78535557091  
Dados: 2023.12.15 08:47:06  
-03'00'

**Green Card S/A Refeições Comércio e  
Serviços**  
CNPJ/MF 92.559.830/0001-71

**Testemunha:**

**Nome:**

**CPF:**

**Testemunha:**

**Nome:**

**CPF:**

SUSIANE  
KEMPFER:8953  
528654053  
Assinado de forma  
digital por SUSIANE  
KEMPFER:895286540  
Dados: 2023.12.12  
13:09:00 -03'00'